



## Porto Digital

tecnologia conectada com as demandas da sociedade

## ACONTECEU NA ALEPE

## VIOLÊNCIA CONTRA NEGROS

Jovens negros de baixa renda representam 80% das vítimas de homicídios registrados no Brasil. A estatística motivou audiência pública da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, no dia 13 de julho. O encontro foi realizado em parceria com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal, criada para investigar os custos sociais desses registros no País. A discussão foi a última atividade da CPI, que, dois dias depois, apresentaria seu relatório final propondo a implementação de um Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens. Em Pernambuco, os deputados federais adiantaram metas do relatório, como a redução a um dígito da atual taxa de 70 negros mortos para cada 100 mil habitantes e a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Parlamentares estaduais anunciaram também a criação, na Alepe, da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco. O município do Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife, é considerado a cidade com maior grau de vulnerabilidade de jovens negros no País.

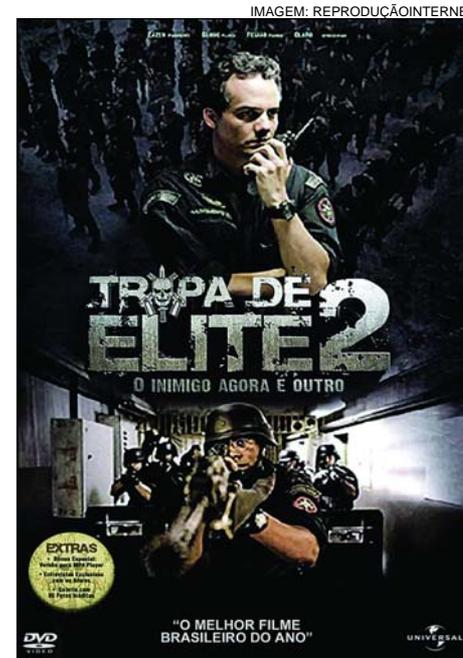
## COMUNICAÇÃO LEGISLATIVA E CIDADANIA

Especialistas de diversas instituições do Brasil participaram, na Alepe, do Seminário Comunicação Legislativa e Cidadania, nos dias 30 e 31 de julho. O evento promoveu debates sobre o papel da comunicação legislativa e sua importância para a sociedade e reuniu profissionais da Casa Joaquim Nabuco, do Congresso Nacional, de outras Assembleias Legislativas do País, de entidades da sociedade civil e das universidades. Dominaram os painéis as discussões sobre os desafios para a implementação de serviços de comunicação com foco no cidadão nas instituições públicas, mas a ocasião também refletiu sobre temas como o direito à comunicação, a comunicação política, os direitos humanos, as formas de participação cidadã, o controle social na comunicação pública, o planejamento em comunicação e as novas mídias. Segundo a superintendente de Comunicação da Alepe, Margot Dourado, os temas abordados serão aproveitados para que a Casa sirva melhor ao público com uma comunicação mais estratégica e eficiente. “Esse é o primeiro passo e resultará na prestação de melhores serviços ao Poder Legislativo e, por consequência, à sociedade”.

## LEGISLATIVO EM FOCO — FILME

## TROPA DE ELITE 2: O inimigo agora é outro (Brasil, 2010)

Ação policial e disparos de grosso calibre são o plano mais visível, mas Tropa de Elite 2, com direção de José Padilha, vai mais a fundo no tema da violência urbana no Brasil. Em tom documental, a câmera acompanha tiroteios em favelas no Rio de Janeiro, no entanto, é nas políticas de segurança pública que mira o roteiro, assim como no financiamento de campanhas eleitorais, na corrupção policial e na sordidez que toma as instituições. O Poder Legislativo é alvo das críticas do filme, mas é também palco da atuação de personagens que pretendem impor resistência às organizações criminosas: o tenente-coronel Nascimento (Wagner Moura) – alçado a cargo na Secretaria de Segurança Pública – e o deputado estadual Diogo Fraga (Irândir Santos). Antes adversários, eles se aliam na criação de uma CPI na Assembleia Legislativa para tentar prender a cúpula do crime organizado no Estado.



## VOCÊ NA ALEPE

“Represento aqui a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver; e lutamos contra um processo histórico de três séculos de escravidão e o genocídio que pretende fazer uma limpeza racial no País.”



**Vera Regina Baroni**  
70 anos  
Advogada e sanitarista

Durante audiência pública, na Alepe, da CPI da Violência contra Jovens Negros da Câmara dos Deputados, em 13 de julho

“Gosto de acompanhar a discussão sobre todos os problemas que afligem a raça negra, e vim saber a posição dos deputados estaduais e federais sobre esse tema, debatido em nível nacional.”



**Lindivaldo Leite**  
(Vavá)  
80 anos  
Sociólogo e presidente do bloco carnavalesco Banhistas do Pina

Durante audiência pública, na Alepe, da CPI da Violência contra Jovens Negros da Câmara dos Deputados, em 13 de julho

“O que está por trás dessa violência é o racismo. Esse tema é inerente a nós mulheres negras e, por isso, é de suma importância. Nossos jovens sofrem violência e são vítimas de genocídio e nosso movimento veio manifestar-se contra isso durante a audiência”.



**Ângela Maria Borges do Nascimento**  
42 anos

Membro do Movimento Cabelo de mulheres negras  
Durante audiência pública, na Alepe, da CPI da Violência contra Jovens Negros da Câmara dos Deputados, em 13 de julho

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade da Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Augusto César; 2º Vice-Presidente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Romário Dias; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. Superintendente de Comunicação Social: Margot Dourado. Chefe do Departamento de Imprensa: Marconi Glauco. Editor: Marconi Glauco. Revisão: Marconi Glauco e Margot Dourado. Repórteres: André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Helena Alencar, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho. Gerente de Fotografia: Roberto Soares. Edição de Fotografia: Breno Laprovitera. Fotógrafos: Jarbas Araújo, João Bitá e Rinaldo Marques. Tratamento de Imagem: Lucas Neves. Diagramação e Editoração Eletrônica: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. PABX: 3183.2211.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br> — E-mail: [scm@alepe.pe.gov.br](mailto:scm@alepe.pe.gov.br) — [www.twitter.com/alepeoficial](http://www.twitter.com/alepeoficial) — [www.facebook.com/assembleiape](http://www.facebook.com/assembleiape)

# LEI ESTADUAL GARANTE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO A DIABÉTICOS

**A**guardar muito tempo em jejum para realizar um exame ou determinado procedimento médico pode ser mais do que uma situação inconveniente ou desagradável para o paciente; a espera, para alguns, pode trazer riscos à saúde. A situação afeta, especialmente, portadores de Diabetes Mellitus - doença crônica caracterizada pela elevação da glicose no sangue (hiperglicemia) em função de problemas no metabolismo da insulina, hormônio responsável por promover a absorção da glicose pelas células do corpo. Em função da doença, esses pacientes precisam, dentre outras coisas, seguir uma dieta rigorosa e respeitar intervalos regulares de refeições.

Atenta à questão, a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou, em maio deste ano, a Lei 15.491, de autoria do deputado Odacy Amorim (PT). De acordo com a norma, já em vigor no Estado, os portadores de Diabetes Mellitus devem ter atendimento prioritário na realização de procedimentos que exijam a privação de alimentos por deter-



Norma vale para hospitais públicos e privados, clínicas e postos de saúde

minados períodos. A regra vale para hospitais públicos e particulares, clínicas e postos de saúde que sejam credenciados à Rede Estadual de Saúde. A prioridade discriminada compatibiliza-se com a dos idosos, deficientes e gestantes.

Para a dona de casa Adeleide de Assis, de 56 anos e portadora da doença, a prioridade no atendimento, a qual só teria direito daqui a quatro anos, vem a ca-

lhar. Habituada a fazer exames de sangue a cada três meses para acompanhar seu quadro de saúde, Adelaide confessa que normalmente se sente mal nessas situações. "Quando fico muito tempo sem me alimentar, tenho crises de hipoglicemia. E sofro com tremores, tontura, palpitações e moleza no corpo. Por orientação médica, para evitar o mal estar, carrego balas na bolsa, mas em casos mais graves, já

precisei ser levada ao hospital", relatou. "Fiquei satisfeita em saber da existência da lei", acrescentou.

A recente norma também foi avaliada positivamente pela presidente da Regional Pernambuco da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD/PE), a endocrinologista Geisa Macedo. A especialista informou que cerca de 7% da população pernambucana entre 20 e 69 anos foi diagnosticada com diabetes, número que pode ser ainda maior, já que há vários pacientes que ainda desconhecem ter a enfermidade. Para pessoas acima de 70 anos, o percentual atinge quase 20% da população. "A lei garante uma prioridade que é merecida por esses pacientes. Lutamos, ainda, para garantir outros direitos para os diabéticos, como tratamento oferecido por equipe multidisciplinar e medicamentos. Uma doença crônica epidêmica como a diabetes exige um tratamento completo e contínuo", esclareceu.

Segundo o deputado Odacy Amorim, a ideia de apresentar o projeto à Casa Joaquim Nabuco surgiu em conversas com pa-

cientes com dramas semelhantes ao de Adelaide. "Fiquei sensibilizado com as histórias de diabéticos que precisam fazer exames com frequência e tinham crises de hipoglicemia, enquanto aguardavam sua vez. Busquei, com a proposta, dar mais qualidade de vida a essa parcela da população", informou. O parlamentar mencionou, ainda, que a Assembleia Legislativa de São Paulo já demonstrou interesse em apresentar projeto semelhante em sua área de atuação. "A efetivação dessa lei pelo Estado não exige grandes intervenções ou custos, precisando, apenas, de boa vontade para torná-la efetiva", concluiu.

Para ter direito à prioridade, a norma estabelece que o paciente deverá comprovar ser portador de diabetes mediante apresentação de documento médico. Em comunicado, a Secretaria Estadual de Saúde (SES) informou que "já está encaminhando nota técnica para as unidades de gestão estadual e para os municípios para que haja o cumprimento da nova legislação".

## SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

### LEI ESTADUAL DE 1882 CRIOU COMPANHIA DE BOMBEIROS

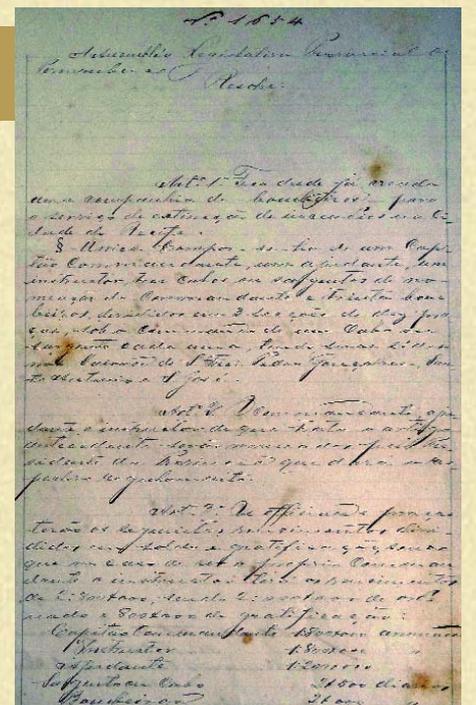
**E**m 2 de julho é comemorado o dia do bombeiro brasileiro. A data faz referência à criação do Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, ocorrida em 1856, no Rio de Janeiro (então capital do Império) e foi reconhecida através do Decreto Federal Nº 35.309, de 2 de abril de 1954. Organizados em corporações, os bombeiros executam atividades de defesa civil, salvamentos, resgates, buscas, combate a incêndios. Além de fiscalização em empresas e desenvolvimento de projetos sociais e educativos em escolas, visando à prevenção de acidentes.

Em 24 de maio de 1882, a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco criou, por meio da Lei Nº1.654, uma companhia de bombeiros para o serviço de extinção de incêndios na cidade do Recife, a unidade seria composta por um capitão-comandante, um ajudante, um instrutor, três cabos ou sargentos (nomeados

pelo primeiro) e trinta bombeiros, divididos em três seções de dez praças, sob o comando de um cabo ou sargento cada uma. Suas sedes estariam localizadas nos bairros de São Frei Pedro Gonçalves, Santo Antônio e São José.

A referida lei tratava, também, do material da Companhia, que deveria ser composto por pelo menos três bombas e suas pertencas, como mangueiras e demais aparelhos e utensílios necessários ao bom desempenho do serviço de extinção de incêndio. Com o passar do tempo, os bombeiros ampliaram suas atribuições. Essa lei pode ser consultada no Arquivo Geral da Alepe.

**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA** - Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Lei Nº 1654, de 24 de maio de 1882. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.



# PORTO DIGITAL, ANCORADOURO DA TECNOLOGIA EM PERNAMBUCO

Gabriela Bezerra

Com faturamento anual que chega a R\$ 1 bilhão, o Porto Digital projeta Pernambuco como espaço inovador no cenário nacional. Sediado no Centro do Recife, o polo é considerado o “Vale do Silício brasileiro”, servindo de *benchmark* para outros lugares do mundo.

Há cerca de um ano e meio, o parque sediou a conferência mundial da *International Association of Science Parks and Areas of Innovations* (Iasp), a maior do setor, contando com a presença de pessoas de mais de 60 países, que conheceram *in loco* o trabalho tecnológico desenvolvido em Pernambuco. E, em julho, o Porto Digital atraiu para o Estado mais uma edição do *Campus Party*, o maior evento de tecnologia do Brasil.

“Por uma condição muito singular, devido ao seu porte e por estar situado numa região periférica de um país igualmente periférico, o parque tecnológico sediado no Recife chama a atenção de entidades estrangeiras e já foi

diversas vezes tratado em publicações internacionais como *case*. A decisão de fazer um parque tecnológico no centro urbano degradado foi inovadora”, avalia o presidente do Porto Digital, Francisco Saboya.

Integrado por cerca de 250 empresas das áreas de Tecnologia da Informação e Economia Criativa, e responsável pela geração de mais de sete mil empregos, o Porto Digital conta com duas incubadoras de empresas, duas aceleradoras de negócios e dois institutos de pesquisa. Prestes a completar 15 anos, em dezembro, a nova meta a ser atingida é o número de 20 mil pessoas trabalhando no Bairro do Recife Antigo, em 2022.

A tecnologia desenvolvida no Recife também está conectada com as demandas da sociedade. Inclusão social e melhoria da mobilidade urbana são algumas das contribuições do parque tecnológico que têm mudado a vida das pessoas e a relação com a cidade. “É isso que nos move e traciona o esforço que fazemos diariamente aqui”, afirmou Saboya.

O parque tecnológico do Recife foi citado pela revista *BusinessWeek*, em 2009, como um dos dez locais do mundo onde o futuro está sendo criado. A publicação é referência internacional na área de negócios.



FOTO: GIOVANNI COSTA

O Porto Digital é gerenciado de forma privada por uma Organização Social sem fins lucrativos, o Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD), e conta com incentivos do Governo do Estado

## CONTRIBUINDO PARA A CIDADE E A VIDA DAS PESSOAS

### #INCLUSÃO

Criado para facilitar a comunicação entre os pais e uma criança com paralisia cerebral, o *Livox* foi reconhecido, este ano, pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o melhor aplicativo de inclusão social do mundo. Com mais de 10 mil usuários, o *Livox* funciona por meio de toques na tela de um tablete, tornando a interação possível. O aplicativo já conta com versões em 25 idiomas e é utilizado em associações de apoio a pessoas com paralisia cerebral.

### #MOBILIDADE

O *Porto Leve* foi desenvolvido como alternativa para o deslocamento em vias urbanas. Sistema pioneiro no País, o projeto consiste no compartilhamento de carros elétricos e aluguel de bicicletas, incentivando a sustentabilidade e as caronas. Atualmente, o Porto Digital disponibiliza três carros elétricos e já conta com 70 estações de bicicletas, que ajudam a difundir o modal como uma alternativa de deslocamento em vários pontos da cidade. Desde a implantação do sistema, mais de 600 mil viagens foram realizadas.

## “QUEREMOS TRANSBORDAR O PORTO DIGITAL PARA TODA A CIDADE”

A escolha do Centro do Recife como sede vislumbrou a oportunidade de relacionar tecnologia e cultura, dando uma nova vida à área histórica da capital pernambucana. Em 15 anos, mais de 70.000 m<sup>2</sup> de prédios preservados da região foram restaurados pelo Porto Digital. A expectativa para os próximos anos é atrair ainda mais empresas e pessoas, inclu-

sive moradores para o bairro. “Queremos transbordar o Porto Digital para toda a cidade”, destacou Cláudio Marinho, conselheiro do Porto Digital.

Secretário estadual de Ciência e Tecnologia em 2000, Cláudio Marinho foi um dos idealizadores do projeto que ancorou o Porto Digital no Centro do Recife. “Queríamos juntar a tecnologia e a história, porque sa-

bíamos que isso teria valor no futuro. Hoje, esse é o grande diferencial desse parque tecnológico, sem falar na contribuição extremamente significativa para a revitalização da área histórica da cidade”, avaliou.

Diante da degradação que se configurava no Centro do Recife há 15 anos, Francisco Saboya aponta que a decisão foi inovadora: “O que existia antes

aqui era um quase nada de um muito pouco. Parecia até uma escolha inadequada, mas a chegada do Porto Digital tem dado uma contribuição enorme para a requalificação desse bairro, com a dinamização econômica e a valorização imobiliária da região”.

Presidente do Conselho Administrativo do Porto Digital, Sílvio Meira recorda de que não

havia nenhuma evidência de que inserir um parque tecnológico no Centro do Recife era possível. “Havia apenas a certeza de que precisava ser feito e de que precisávamos reunir as condições favoráveis aqui, ou ficaríamos sempre com um conjunto de empresas menores. Ou seja, não é que era possível fazer, era algo que precisava ser feito”, declarou.

## PLANO ESTADUAL

# PERNAMBUCO ESTABELECE METAS DA EDUCAÇÃO PARA A PRÓXIMA DÉCADA

FOTOS: BRENO LAPROVITERA



Seminário realizado pelo Poder Legislativo discutiu o Plano Estadual de Educação (PEE)

**Helena Alencar**

No último dia 23 de junho, o governador Paulo Câmara sancionou a Lei 15.533/2015, que trata do Plano Estadual de Educação (PEE). O documento, que reúne vinte metas a serem conquistadas por Pernambuco ao longo de dez anos, faz parte da construção de um Sistema Nacional de Educação, como prevê a Constituição Federal.

O novo plano estadual tentará dar conta de uma rede que reúne mais de 587 mil alunos e 1.047 escolas. "O Governo de Pernambuco já desenvolve diversas ações estratégicas que contribuem para o alcance de vários objetivos previstos. Mas para atingir as metas colocadas no PEE, será fundamental ampliar a cooperação entre União, Estado e municípios", observou a secretária executiva de Desenvolvimento da Educação do Estado, Ana Selva.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado na Lei Federal nº 13.005/2014, serviu de base para os documentos locais. Nos seus planos, cada ente federado se compromete com objetivos como erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a

qualidade do ensino e incentivar a formação para o trabalho, além de estabelecerem um percentual do produto interno bruto (PIB) a ser aplicado na área.

Em Pernambuco, a elaboração do Plano ficou a cargo do Fórum Estadual de Educação, composto por 34 entidades. De acordo com a Secretaria de Educação do Estado, que integra o Fórum, foram realizadas discussões envolvendo gestores de escolas, professores, coordenadores e técnicos, além de representantes dos pais, dos estudantes, do sindicato, das instituições de ensino superior e das secretarias municipais.

O documento produzido foi apreciado pelo Conselho Estadual de Educação, órgão que zela pelas políticas estaduais na área. A presidente Maria Iêda Nogueira explica que monitorar a execução das ações previstas é uma das principais atribuições da entidade e defende três eixos centrais para o sucesso do plano. "Temos que ter financiamento definido, padrão de qualidade, e dentro disso, critérios concretos de avaliação", observou.

Formatado em projeto de lei pelo Executivo, o PEE chegou à Assembleia Legislativa e recebeu duas emendas. Uma delas, sugerida pelo Conselho, determina que

o plano seja avaliado a cada três anos e que haja Conferências Estaduais de Educação a cada quatro anos. A outra, que gerou polêmica, retirou referências ao combate à discriminação de gênero do documento. "Infelizmente, a visibilidade maior que o Plano obteve na tramitação foi por causa dessa emenda muito conservadora e que não vai ter rebatimento prático", analisou a presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alepe, deputada Teresa Leitão (PT).

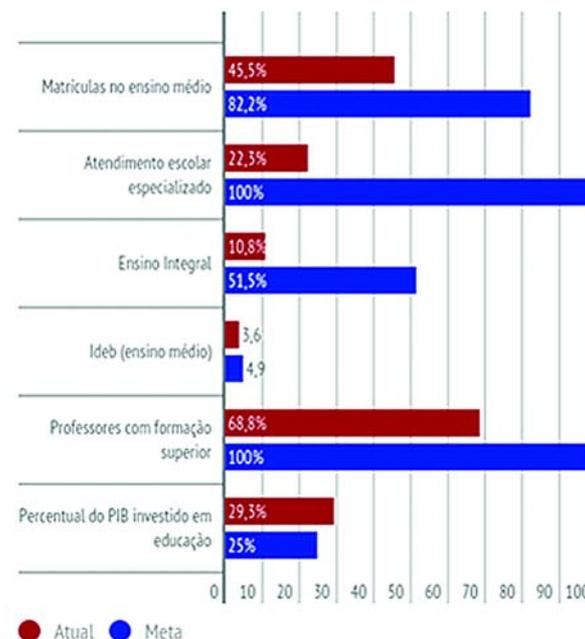
**MUNICÍPIOS** - Além de ter sancionado o Plano Estadual de Educação no prazo, Pernambuco também conquistou a marca de 95% dos seus municípios com planos. "Foi um número muito positivo. Chegamos ao dia 24 de junho com apenas dez pendências", comemorou Rita Moura, que é coordenadora estadual da Rede de Assistência Técnica criada pelo Ministério da Educação (MEC) para dar apoio na elaboração das leis locais.

Ela explica que as localidades que ainda não têm planos estão descumprindo a lei federal e podem ter dificuldade de obter recursos do Programa de Ações Articuladas (PAR). Atualmente, apenas seis cidades ainda não sancionaram os planos: Exu, Verdejante, Tupanatinga, Água Preta, Lagoa de Itaenga e Olinda.

## O QUE PRETENDEM REALIZAR?

## Metas X Realidade

Confira algumas metas contidas no anexo da Lei do Plano Estadual de Educação, em comparação com os dados mais recentes do Estado:



(Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014 - dados de 2012; Secretaria Estadual de Educação)

- **Elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 82,2%.** Atualmente 45,5% dos jovens pernambucanos se matriculam nesse nível.
- **Universalizar o acesso ao atendimento escolar especializado para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.** Dos 27.811 alunos com esse perfil, mais de 77% são atendidos em classes comuns.
- **Oferecer educação em tempo integral para 51,5% dos estudantes da educação básica.** Hoje, 10,8% dos alunos atendem ao critério. Segundo a Secretaria de Educação, esse número chegou a 41% das matrículas no ensino médio da rede estadual em 2014, considerando unidades semi-integrais e escolas técnicas.
- **Melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): 5,5 nos anos iniciais; 4,7 nos anos finais; e 4,9 no ensino médio.** Em 2014, as médias estaduais ficaram em 4,3 para o 5º ano do fundamental; 3,6 para o 9º ano do fundamental; e 3,6 para o ensino médio.
- **Garantir, no primeiro ano de vigência do PEE, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior.** Atualmente, atendem a essa escolaridade 68,8% dos professores em Pernambuco.
- **Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 10% do PIB nacional no fim do decênio.** O mínimo legalmente previsto para os Estados é de 25% da arrecadação de tributos. Em 2014, Pernambuco alcançou 29,3% do montante destinado à educação, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do Governo do Estado.

## MOBILIDADE URBANA

# LEGISLATIVO DISCUTE OBRAS ATRASADAS E TRANSPORTE PÚBLICO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

André Zahar

**T**ema de debates na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) durante o primeiro semestre, a mobilidade urbana na Região Metropolitana do Recife - ou a falta dela - continuará na pauta dos parlamentares até o fim de 2015. As paralisações e aumento no custo de obras, além das demandas dos usuários do sistema de transporte público, foram alguns dos pontos abordados e que seguirão em discussão nas Comissões e no Plenário.

Em junho deste ano, quando a Copa do Mundo no Brasil completou um ano, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular realizou audiência pública sobre o atraso na conclusão dos projetos viários anunciados para o Mundial de 2014. Na ocasião, representantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE) apresentaram relatórios sobre a situação.

Conforme as auditorias, que ainda não foram julgadas pela Corte de Contas, o Ramal da Copa apresenta falhas construtivas como afundamento de pistas, rachaduras e problemas de drenagem. Também sofreu modificações significativas com relação ao projeto inicial. Com mais de 90% da execução concluída, a construção foi paralisada por problemas financeiros enfrentados pelo consórcio Mendes Jr./Servix, que abandonou a obra.

A Mendes Jr. também abandonou, antes da conclusão, o Corredor Caxangá (Leste-Oeste), deixando incompletos os Terminais Integrados III e IV Perimetral e estações. No caso do Corredor Norte-Sul, após dois anos de atraso, a previsão de entrega é dezembro deste ano.

Presidente da comissão, o deputado Edilson Silva (PSOL) atribui à falta de planejamento do Governo do Estado as modificações nos projetos. Isso,



De acordo com o Governo do Estado, o Corredor Norte-Sul está com 80% das obras concluídas e a previsão de entrega é dezembro deste ano

segundo ele, aumentou os custos e atrasou as obras. "Os projetos básicos apresentados pelo Governo são obras de ficção, não têm nada a ver com o projeto executivo", critica. O psolista anuncia, para o segundo semestre, a realização de novas audiências públicas sobre BRT, transporte sobre trilhos, e a situação dos usuários do sistema público de transporte.

No mesmo dia da audiência pública, foi apresentado um relatório da bancada de Oposição sobre desembolsos da Caixa Econômica Federal para os projetos. O levantamento inclui, ainda, a interrupção nas obras de navegabilidade do Rio Capibaribe, previsto para inauguração em dezembro de 2014,

mas atrasado por problemas relacionados à licença ambiental, remoção de palafitas e pendências administrativas. "Os recursos estão liberados, mas o Estado não tem capacidade de gestão para desburocratizar estas ações", afirma o líder da Oposição, deputado Sílvio Costa Filho (PTB).

De acordo com a Secretaria de Cidades do Governo do Estado, cerca de 80% das obras do corredor Norte-Sul já estão concluídas e a previsão para a finalização é dezembro de 2015. No caso do Corredor Leste-Oeste e do Ramal da Copa, foi aberta uma licitação, no último dia 15 de julho, para contratar a empresa que fará levantamento sobre os serviços executados, porém não houve

interessados. A sessão do novo pregão eletrônico foi marcada para agosto. Posteriormente, com base nesses dados, será feita a contratação de uma empresa para concluir as obras.

Sobre a navegabilidade do Rio Capibaribe - que busca tornar o rio uma hidrovia, visando o transporte de passageiros e a utilização turística -, a pausa, segundo a Secretaria, ocorreu diante da necessidade da aprovação das planilhas do projeto pela Caixa Econômica Federal. As obras foram retomadas no último mês de junho, na estação fluvial de Santana e na BR-101. O custo divulgado é de R\$ 197 milhões.

Ao rebater as críticas, o líder do governo na Alepe, deputado Waldemar Borges (PSB), pon-

dera que "nunca houve, em relativamente tão pouco tempo, tantas intervenções para melhorar a mobilidade na Região Metropolitana". "O fato de algumas delas enfrentarem dificuldades não permite que se generalize a situação", diz ele, destacando a entrega, no prazo, da passarela que liga o Aeroporto Internacional dos Guararapes à estação do metrô e do Terminal Integrado Cosme e Damião, em Camaragibe.

Segundo o pessebista, boa parte da responsabilidade decorre de problemas relacionados ao Governo Federal. "O petróleo quebrou empresas que estavam à frente das obras, houve atrasos de repasses e o burocratismo paralisante de agentes federais", sustenta.

FOTO: ARQUIVO ALEPE

## ESPECIALISTAS E ATIVISTAS DIVERGEM SOBRE EFICÁCIA DAS OBRAS

Recife é, hoje, a cidade do País onde mais se gasta tempo para ir e voltar do trabalho. A informação, divulgada em março, consta de pesquisa em nível mundial realizada pela empresa *TomTom*, especializada em GPS. Por causa dos congestionamentos, que superam 80% das vias nos períodos mais movimentados, foram gastas, em 2014, 103 horas a mais nos horários de pico do que no restante do dia. Especialistas e representantes de movimentos sociais divergem sobre a eficácia das obras de mobilidade anunciadas pelos Governos Estadual e Federal para reverter esse quadro.

Responsável pelo programa de Transportes e Gestão das Infraestruturas Urbanas da Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Pernambuco, o professor Leonardo Meira avalia que as obras anunciadas são positivas, pois priorizam o transporte público, e devem ser concluídas urgentemente.

Meira defende que o BRT circule em faixas segregadas em todo o trajeto e os ônibus contem com faixas exclusivas em todas as vias arteriais e coletoras. "O sucesso de um novo sistema de transporte depende do crédito que a população lhe dá. Se ele perde a credibilidade, gasta-se muito dinheiro e não são atingidos os resultados almejados", analisou.

Para o professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco e militante do movimento



FOTO: ARQUIVO ALEPE

O transporte público de passageiros, com faixas exclusivas, é defendido por especialistas do setor

Direitos Urbanos Leonardo Cisneiros, os problemas nas obras de mobilidade refletem falta de planejamento, estudos prévios descuidados e ausência de discussão pública. "São decisões que deveriam passar por audiências e consultas e pela deliberação em algum órgão colegiado, como o Conselho Estadual das Cidades, para ser melhoradas", sustentou.

Ele aponta, ainda, a necessidade de políticas para desincentivo ao uso de automóvel. "É preciso coragem política para implementar faixas exclusivas, contra o interesse dos usuários de

carro, e para racionalizar as linhas de ônibus, contra o interesse das empresas de transporte", observou.

Integrante da Frente de Luta pelo Transporte Público em Pernambuco, o engenheiro agrônomo Túlio de Luna defende a reformulação do Conselho Superior do Transporte Metropolitano, responsável por regulamentar e fixar as tarifas do sistema de transportes. Atualmente, os usuários ocupam quatro dos 20 assentos no órgão.

"Era preciso que o CSTM fosse paritário, para pensar o transporte de forma coletiva. Hoje,

ele se reúne apenas uma vez por ano para referendar aumento de passagem. É necessário, ainda, realizar uma Conferência Metropolitana de Transportes", afirma.

Luna ressalta também que o Recife e demais municípios da Região Metropolitana, com exceção de Camaragibe, perderam o prazo para apresentar seus Planos de Mobilidade e estão impedidos de receber recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para novas obras. Conforme o Plano Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012), as cidades com

mais de 20 mil habitantes deveriam elaborar suas leis locais até abril deste ano.

A Secretaria Estadual das Cidades informou que foram solicitados ao Ministério das Cidades recursos para a atualização do Plano Diretor de Transportes Urbanos da Região Metropolitana. De acordo com a Prefeitura do Recife, os estudos técnicos para o Plano de Mobilidade já estão sendo executados e a previsão de conclusão é o primeiro semestre de 2016. O trabalho tem a coordenação técnica do Instituto Pelópidas Silveira.

"Em Pernambuco, esse esforço está sendo viabilizado de forma conjunta com outros municípios da Região Metropolitana e o Governo do Estado, com destaque para a pesquisa de origem/destino necessária para os estudos", reforçou a Secretaria de Planejamento Urbano, por e-mail.

O líder do Governo na ALEPE, deputado Waldemar Borges (PSB), enfatizou que o Conselho Estadual das Cidades (ConCidades) - responsável por implantar e fiscalizar a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano - garante aos membros da sociedade civil número maior que o dos representantes do Governo.

"As instâncias de participação existem e são atuantes. Isso não quer dizer que não possam receber sugestões para melhorar, o que não depende exclusivamente do Governo, mas também do conjunto de agentes que hoje fazem parte desse espaço", ressaltou.

### RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS OBRAS DE MOBILIDADE NA RMR

OBRA	DESCRIÇÃO	PRAZO INICIAL	VALOR INICIAL	VALOR ATUALIZADO	PROBLEMAS	SITUAÇÃO ATUAL
<b>Ramal de acesso à cidade da Copa</b>	Ligação da Avenida Caxangá com a Cidade da Copa, num trecho de 3 km, em São Lourenço da Mata	Abril / 2013	R\$ 131 milhões	R\$ 163 milhões	Falhas construtivas, alterações no traçado, abandono da obra	Foi entregue a tempo da Copa, em maio de 2013, 80% da obra. Será incluído na nova licitação do corredor Leste-Oeste.
<b>Corredor Leste-Oeste</b>	Implantação de uma faixa exclusiva de ônibus, ligando a Avenida Conde da Boa Vista à Caxangá; implantação de novas paradas de ônibus	Junho / 2013	R\$ 145 milhões	R\$ 168 milhões	Abandono da obra	Foi aberta licitação, em julho, para contratar empresa que fará o levantamento dos serviços executados. Novo pregão eletrônico marcado para agosto.
<b>Corredor Norte-Sul</b>	Construção do BRT Norte-Sul, que fará transporte de passageiros no trecho Igarassu / Joana Bezerra / Centro do Recife	Junho / 2013	R\$ 151 milhões	R\$ 187 milhões	Desapropriações, pendências na alteração contratual solicitada pelo Estado	80% das obras estão concluídas, com previsão para a finalização em dezembro de 2015.

Fontes: TCE, CEF, Portal da Transparência, Secretaria das Cidades.

## MANIFESTAÇÕES POPULARES

# A CULTURA POPULAR EM DISCUSSÃO

## MOVIMENTO DEBATE LUGAR DA ARTE DO POVO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

Edson Alves Jr.

A cultura popular ocupa um lugar ímpar em Pernambuco: maracatu, poesia de cordel, coco de roda e outras manifestações são parte da identidade local, tão importante quanto os símbolos cívicos do Estado. Mas será que as políticas públicas estaduais estão à altura desse patrimônio? Os artistas vêm se mobilizando para discutir o financiamento e a garantia da liberdade de expressão para a cultura popular.

As queixas da classe artística levaram a Assembleia Legislativa a reavaliar a Lei 15.516/2015, que havia sido aprovada em maio deste ano, e propunha regulamentar a apresentação de artistas de rua no Estado. A mobilização mostrou que, algumas expressões culturais poderiam ser afetadas pela legislação, o que levou o autor da proposta, deputado Ricardo Costa (PMDB), a pedir a revogação da legislação.



FOTO: JOÃO BITA/ARQUIVO ALEPE

Assembleia Legislativa debate com classe artística a construção de políticas públicas que contemplem manifestações populares de Pernambuco

"Não tive a intenção de restringir, nem proibir manifestações populares. Mas, ao ouvir mais sobre o tema, decidi pedir a revogação da norma. Assim, zeramos esse processo, para iniciar o debate e construir uma lei que atenda às diversas matizes culturais em sua plenitude", explicou. No primeiro semestre, duas audiências públicas foram convocadas para discutir o tema.

Criado para se contrapor à Lei 15.516, o Movimento Arte na Rua congrega artistas populares de várias vertentes - malabares, teatro, ciranda, para discutir políticas públicas. "É uma responsabilidade governamental assegurar a valorização da cultura popular. A arte de rua pode servir para melhorar desde a segurança pública até o desenvolvimento humano de uma cidade ou Estado", diz Diego Martiniano, estudante universitário que ajudou a articular a mobilização.

Outra integrante do Movimento, Biatriz Santos acha necessário mais incentivo para a arte em lugares públicos. "Falta o básico de estrutura como banheiros públicos e pontos de luz. Arte de rua ainda é bastante marginalizada e criminalizada".

Para evitar essa marginalização, Maciel Salú e outros artistas organizaram o Comitê Ação da Cultura. Foi uma mobilização iniciada contra intervenções da Polícia Militar para que as sambadas de maracatu se encerrassem até as 2h da manhã. "A sambada começa às 21h e segue até às 5h do dia seguinte", explica Maciel Salú, músico, cantor, compositor e mestre do Maracatu Piaba de Ouro, fundado por seu pai, Mestre Salustiano.

Para garantir que a tradição fosse respeitada, artistas, produtores e militantes da cultura popular se mobilizaram, e conseguiram uma recomendação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para que os promo-



FOTO: ARQUIVO ALEPE

tores de Justiça defendam as sambadas e ensaios dos maracatus rurais de possíveis coações da Polícia Militar. Para evitar que problemas como esse se repitam, o Comitê está trabalhando para apresentar um Projeto de Lei escrito pelos próprios artistas.

Maciel Salú cobra mais valorização para os mestres da cultura popular. A Secretaria de Cultura, por outro lado, argumenta que a valorização dos artistas populares "é um objetivo estratégico da gestão". "É algo que aparece na preferência por contratação de grupos ligados às manifestações da nossa cultura na grade de programação dos festivais realizados, e em programas e premiações que efetuamos", diz o secretário estadual de Cultura, Marcelino Granja.

**CADASTRO** - Outro foco de discussão é a Lei Estadual 14.104/2010, que estabelece regras e critérios para a contratação ou formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no Estado. A legislação criou um cadastro para as produtoras e artistas que são contratados pelo Estado. Essa formalização exige dos artistas, por exemplo, que comprovem os cachês recebidos anteriormente por meio de notas fiscais

"Os artistas da cultura popular têm um grave problema com isso. Há grupos que já desenvolvem seu trabalho há décadas, mas não têm registro de contratação com o poder público", explica Eduardo de Matos, presidente do Sindicato dos Músicos

de Pernambuco. "Sem essas comprovações, os cachês ficam limitados a R\$ 3 mil. Um grupo de 10 pessoas já consumiria todo esse valor, fora as muitas despesas indiretas envolvidas" aponta.

Por outro lado, para a Secretaria de Cultura, a regulamentação fez com que os grupos ligados à Cultura Popular se estruturassem, se capacitando inclusive para concorrer a prêmios e editais os quais antes não tinham acesso. "A Secretaria vem dando apoio com capacitações. Também conversamos com o TCE-PE sobre a desburocratização para contratação e prestação de contas de grupos ligados a manifestações populares", explica Granja.

Além das dificuldades com a documentação, outra questão enfrentada pelos artistas são os atrasos nos pagamentos de cachês. "Os contratos entre músicos e governos não têm o prazo para pagamento definido. Queremos chegar a um entendimento" diz Eduardo de Matos.

Artistas populares também propõem que parte do que é pago aos grandes artistas pelas entidades governamentais seja revertido para a cultura local. "Precisamos que haja uma determinação de que, do montante reservado para os festivais, haja um percentual para ser gasto com os artistas populares do Estado. E as programações teriam que aprender a se adequar a isso", diz Jailson de Oliveira, presidente do Movimento de Teatro Popular de Pernambuco.

### PROJETOS SOBRE A CULTURA POPULAR NA ALEPE

**Projeto 277/2015** — Pretende incluir artistas sem personalidade jurídica entre os que podem ser contratados, desde que através de um representante legal. A proposta também possibilita que pessoas de relevância pública da comunidade possam atestar a importância do artista. "Tem que haver rigor com o uso de dinheiro público, claro, mas uma parte da burocracia pode ser dispensada se observarmos a própria constituição da cultura popular. Um folgado passa de pai para filho, naturalizado no dia-a-dia da comunidade. Não precisa ter um CNPJ para acontecer", argumenta a autora, Teresa Leitão (PT).

**Projeto 290/2015** — Propõe 30 dias como prazo máximo de pagamento de cachês, a partir da data da apresentação. A regra valeria tanto para o governo estadual quanto para as prefeituras. "Os artistas ficam felizes se recebem seus cachês em 90 dias. Muitos demoram de seis meses a um ano para receber os cachês, e alguns não recebem", diz o autor da proposta, Edilson Silva (PSOL). "Fala-se que não receberam porque não tinham como comprovar que fizeram suas apresentações. Isso deveria estar contido dentro de uma legislação que obrigue o gestor a fazer essa fiscalização, que é simples", propõe o deputado.

**Projeto 331/2015** — Estabelece que sejam exibidas placas informativas com os custos dos shows realizados com recursos públicos no estado. As placas deverão ficar visíveis durante toda a realização do evento, e também indicarão a origem dos recursos. O autor da proposta, deputado Rodrigo Novaes (PSD), considera que a medida irá conscientizar a população. "Ao saber que um show custa R\$ 400 mil, o cidadão deixará de pressionar os prefeitos para trazer esses shows para suas cidades. Precisamos despertar em todos a noção de que gastos nesse nível não devem ser prioritários", considerou.